

MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA CULTURAL: UMA INTERPRETAÇÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

Ana Heloisa Beltram de Oliveira (PIBIC/CNPq), Carolina Laurenti (Orientadora),
Carlos Eduardo Lopes (Co-orientador). E-mail: clautenti@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Maringá, PR.

Psicologia / Fundamentos e Medidas da Psicologia

Palavras-chave: Análise do Comportamento; Educação; Contingência cultural de três termos.

RESUMO

A medicalização da educação consiste na prática de transformar as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem em transtornos de origem exclusivamente biológica. Dado o seu escopo cultural, na Análise do Comportamento é possível compreender esse fenômeno por meio da ferramenta da contingência cultural de três termos, a qual explica a cultura por meio da relação entre práticas culturais, ambiente antecedente e consequências culturais. Desse modo, o objetivo desta pesquisa foi apresentar uma interpretação da medicalização da educação com base nesse conceito. Para tanto, foi realizada uma síntese interpretativa com base em fichamentos de artigos e livros voltados à temática. Como resultados, a medicalização da educação pode ser entendida como a prática de transformar, indiscriminadamente, comportamentos ditos “transgressivos” ou “inadequados” em crianças em transtornos médicos, que é fomentada pela atuação de diferentes agências controladoras (e.g., psicoterapia, educação, medicina, indústria farmacêutica, economia), as quais são beneficiadas política e economicamente. No âmbito das consequências, é possível destacar o expressivo uso de diagnósticos em crianças em idade escolar (e.g., TEA, TDAH) e o aumento de vendas de diferentes medicamentos (e.g., Ritalina). Essas consequências retroalimentam a prática da medicalização, perpetuando contingências verbais que reforçam explicações do comportamento de crianças com base em transtornos, e sua solução por meio do uso de medicamentos. A compreensão da medicalização da educação em uma contingência cultural de três termos explicita a complexidade desse fenômeno e evidencia o papel de diferentes instituições para a manutenção dessa prática.

INTRODUÇÃO

Desde o final do século XX até o início do século XXI, cada vez mais crianças em idade escolar estão sendo diagnosticadas com transtornos relacionados ao processo educativo, tais como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) (Guaragna, 2025). Em 2019, a Organização

Mundial da Saúde constatou que mais de 230 milhões de crianças e adolescentes de até 14 anos possuíam algum laudo de transtorno mental, sendo justamente o TDAH e o TEA alguns dos mais frequentes (World Health Organization, 2022).

Para Guaragna (2025), o aumento desses rótulos não ocorre apenas por um “avanço” das ferramentas diagnósticas, mas também por uma lógica medicalizante que está cada vez mais instaurada na sociedade. À vista disso, autores de diferentes áreas de conhecimento têm chamado atenção para uma prática denominada de medicalização da educação, na qual alunos que apresentam dificuldades no processo de ensino-aprendizagem ou condutas inadequadas em sala de aula estão sendo considerados como portadores de algum transtorno mental, sendo encaminhados para avaliações médicas (Moysés; Collares, 2022).

A abrangência do fenômeno da medicalização revela o escopo cultural dessa prática. No que tange à Psicologia, a Análise do Comportamento é uma abordagem psicológica que possui princípios e conceitos que permitem compreender esse fenômeno no âmbito cultural. Nesse contexto, uma das ferramentas investigativas da área é a contingência cultural de três termos, uma proposta que explica a cultura por meio da “[...] inter-relação probabilística entre práticas culturais, condições do ambiente físico e social e consequências culturais” (Fontana; Laurenti, 2020, p. 314-315). Desse modo, o objetivo desta pesquisa foi apresentar uma interpretação da medicalização da educação com base na noção de contingência cultural de três termos.

REVISÃO DE LITERATURA

Foi realizada uma pesquisa de natureza teórica-interpretativa em quatro etapas: 1) Caracterização da medicalização da educação como prática cultural; 2) Descrição das condições sociais antecedentes da medicalização da educação; 3) Identificação das consequências culturais da medicalização da educação; 4) Realização de uma síntese interpretativa. Os três primeiros processos tiveram como objetivo descrever cada termo da contingência cultural (respectivamente, a prática, o ambiente social antecedente e as consequências culturais) e relacioná-los com as características específicas da medicalização. As obras lidas incluíram tanto textos comportamentais quanto de outras áreas do conhecimento. A forma de analisar os dados obtidos foi por meio de um fichamento que incluiu citações diretas ou indiretas das principais informações do texto com a respectiva paginação. Na última etapa, o objetivo foi sistematizar os aspectos socioculturais da medicalização da educação obtidos nas etapas anteriores na estrutura da contingência cultural de três termos, promovendo uma interpretação analítico-comportamental do fenômeno em pauta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro termo da contingência cultural é a prática, que pode ser definida como um conjunto de costumes de uma determinada sociedade que são transmitidas ao longo das gerações, e que diferencia esses indivíduos de outros grupos da mesma espécie (Skinner, 1971). Nesse sentido, é possível caracterizar a prática de

medicalização da educação como a transformação de comportamentos ditos “transgressivos” ou “inadequados” em crianças – por exemplo, agressividade, desatenção, hiperatividade, dificuldades de aprendizagem, brigas em sala de aula, irritabilidade e impulsividade – em transtornos médicos (Guaragna, 2025). Essa queixa escolar é motivo de encaminhamento para avaliação psiquiátrica, sendo acompanhada, muitas vezes, pela prescrição medicamentosa (Guaragna, 2025).

O segundo termo da contingência cultural é o ambiente social antecedente, formado pelas contingências sociais organizadas pelas agências controladoras ou instituições, as quais podem controlar reforçadores e punidores sociais que influenciam no comportamento dos indivíduos em uma dada sociedade (Fontana; Laurenti, 2020). É possível destacar o papel exercido por 5 agências que, apesar de possuírem práticas diversas, fomentam contingências que favorecem a medicalização da educação: a *psicoterapia*, quando explica o comportamento da criança com base em uma causa única e interna, negando a existência de controle; a *educação*, quando se isenta de sua responsabilidade no processo de ensino-aprendizagem; a *medicina*, quando atua sob controle de diagnósticos, prescrevendo medicações de maneira indiscriminada; a *indústria farmacêutica*, que aumenta seus lucros com medicamentos durante o período escolar; e a *economia*, por meio do capital que movimenta as demais instituições.

Por fim, o terceiro elemento são as consequências culturais, que são aquelas que contribuem para o fortalecimento da prática cultural (Fontana; Laurenti, 2020). Uma das principais consequências geradas na medicalização da educação é o expressivo uso de diagnósticos em crianças em idade escolar, especialmente de TEA e TDAH (World Health Organization, 2022). Outro aspecto se refere ao aumento de vendas de diferentes medicamentos, como a Ritalina, com a justificativa de “melhorar” a aprendizagem escolar dos alunos (Guaragna, 2025). Essas consequências retroalimentam a prática da medicalização, perpetuando contingências verbais que reforçam explicações do comportamento de crianças com base em transtornos, e sua solução por meio do uso de medicamentos (Skinner, 1971).

CONCLUSÕES

O objetivo deste estudo foi apresentar uma interpretação da medicalização da educação com base na noção de contingência cultural de três termos. Os resultados da pesquisa demonstraram que a medicalização da educação é uma prática cultural que considera os “desvios” de aprendizagem ou de conduta em sala de aula como um problema de origem exclusivamente biológica. Diferentes agências controladoras (e.g., psicoterapia, educação, medicina, indústria farmacêutica e economia) podem organizar contingências sociais que favorecem a sobrevivência dessa prática ao passar dos anos, cada uma a seu modo. Como consequência cultural, há um aumento tanto no número de diagnósticos em crianças em idade escolar quanto na venda de medicamentos com a justificativa de “corrigir” essas dificuldades.

Este estudo contribuiu com a articulação de conceitos da Análise do Comportamento com uma temática que ainda não tinha sido aprofundada na área (a medicalização da educação), preenchendo uma lacuna teórica e aprimorando o potencial heurístico

da teoria. O uso da contingência cultural de três termos promoveu reflexões ético-políticas sobre como diferentes instituições podem fortalecer a medicalização, permitindo com que essas categorias possam analisar criticamente suas próprias práticas profissionais. Vale ressaltar que esta pesquisa não esgota o debate sobre esse fenômeno e, por isso, é recomendada a produção de novos estudos que investiguem o papel de outras possíveis agências controladoras envolvidas na manutenção da medicalização da educação (e.g., governo, redes sociais), bem como possibilidades de contracontrole cultural.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento desta pesquisa e aos meus orientadores Carolina Laurenti e Carlos Eduardo Lopes por todo o suporte oferecido ao longo do processo.

REFERÊNCIAS

FONTANA, J.; LAURENTI, C. Contingência cultural de três termos: uma proposta de explicação comportamentalista de cultura. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 24, n. 83, p. 308-317, dez. 2020. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/66012/42630>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GUARAGNA, C. S. **Medicalização da educação e a pandemia de COVID-19**: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. 2025. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Novos modos de vigiar, novos modos de punir: a patologização da vida. **Educação, Sociedade & Culturas**, [S. l.], v. 57, n. 3, p. 31-44, dez. 2020. Disponível em:

<https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/3%20Maria%20Moyse%E2%95%A0%C3%BCs%20%26%20Ceci%E2%95%A0%C3%BClia%20Collares.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SKINNER, B. F. **Beyond freedom and dignity**. Ringwood: Penguin Books, 1971.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World mental health report**: transforming mental health for all. Geneva: WHO, 2022. Disponível em:

<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/356119/9789240049338-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 jun. 2025.